

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2024

PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 39/2024

Processo Licitatório 146/2024

AOS OITO DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO, nos termos da Lei 14.133/2021, dos Decretos Municipais 19 e 43/2023, das demais normas legais aplicáveis, são registrados os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação - Pregão Eletrônico SRP nº 39/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. registro de preços para futura à futura aquisição de equipamentos de informática para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Frederico Westphalen/RS.

1.2. Os materiais deverão ser de acordo com as descrições e especificações do termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO REGISTRADO

2.1. O preço ora registrado será com as empresas abaixo identificada, conforme segue:

Empresa: ACTEC ACESSO CONTROLE E TECNOLOGIA LTDA - 113819						
CNPJ: 39.914.097/0001-83						
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
8	9,00	UN	RELÓGIO PONTODescrição: Relógio utiliza sistema de gerenciamento embarcado, sem necessidade de instalação de software na máquina cliente, permite cadastro das informações do empregador, local de traba	CONTROLID	1.415,50000	12.739,50
Total dos Produtos						12.739,50

Empresa: B & G TEIXEIRA COMERCIAL LTDA - 113824						
CNPJ: 42.399.689/0001-19						
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
28	45,00	UN	TECLADOTEclado multimidia usb, abnt2, slim, 107 teclas, 8 teclas de atalhos multimidia como (home, meu computador, email, mudo, faixa anterior, + volume, volume e faixa seguinte). Garantia de 12 meses	C3Tech	26,75000	1.203,75
Total dos Produtos						1.203,75

Empresa: DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - 113823						
CNPJ: 40.708.647/0001-97						
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
27	5,00	UN	SSD 250GB M.2SSD de	K-MEMORY	138,55000	692,75

			250GB, formato M.2, interface Sata, desempenho NVMePCIe4.0 geração 4x4 com velocidades de até 3000 MB/s de leitura			
Total dos Produtos						692,75

Empresa: K. LUMERTZ CARDOSO - 109127

CNPJ: 38.311.637/0001-71

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
25	30,00	UN	HD SSD 240GbHd SSD de 240gb, formato 2,5", interface sata, performance de referência até 500MB/s para leitura e 350MB/s para gravação.	CEAMERE	93,48000	2.804,40
Total dos Produtos						2.804,40

Empresa: M. F. MACHADO SOARES - 3638

CNPJ: 03.230.856/0001-41

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
12	4,00	UN	CARREGADOR PARA CELULARDescrição: Carregador de celular turbo Power, ultra rápido, 2 USB universal Android, Cabo Micro USB e Type-C.	IMP.	124,80000	499,20
Total dos Produtos						499,20

Empresa: MELISSA VASCONCELLOS CHIATTONE NEDEL - 113820

CNPJ: 14.062.718/0001-17

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
9	2,00	UN	TELEFONE PABXDescrição: Mínimo 12 teclas de funções diretas com indicador luminoso, Modo mãos livres em duplex integral e anulação de eco, Display digital inclinável 2 linhas (24 caracteres por linhas	ALCATEL	1.400,00000	2.800,00
13	12,00	UN	MOUSE ÓPTICODDescrição: Mouse óptico, com fio, conexão USB, com scroll, definição de rastreamento de 1000 dpi ou superior, botões auxiliares estilo Gamer, compatibilidade com Windows XP e superiores.	VXPRO	10,00000	120,00
Total dos Produtos						2.920,00

Empresa: MICRON INFORMATICA LTDA - 108978

CNPJ: 39.791.096/0001-99

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
11	4,00	UN	CELULAR SMARTPHONEDescrição: Aparelho celular smartphome,	MOTOROLA	1.199,00000	4.796,00

			5G, 128Gb de armazenamento interno, 8Gb memória RAM, Processador octa-core 2.4GHz ou superior, Dual Chip, Entrada cartão memória, Tela AMOLED d			
Total dos Produtos						4.796,00

Empresa: S DE HOLANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA - 113821
CNPJ: 46.673.278/0001-20

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
14	40,00	UN	TELEFONE DIGITAL SEM FIO, com identificador de chamadas. Ele deve possuir um display luminoso e uma bateria de longa duração. Deve ser do modelo sem fio. Além disso, possuir uma agenda que permite sal	ELGIN	105,00000	4.200,00
20	10,00	UN	HD PORTÁTIL EXTERNO SSD 2TB, usb 3.2, velocidade de gravação e leitura 1.050mb/s.	SEAGATE	320,00000	3.200,00
Total dos Produtos						7.400,00

Empresa: V M DISTRIBUIDORA DE COMPUTADORES LTDA - 113822
CNPJ: 49.457.481/0001-58

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
23	1,00	UN	CELULAR preferencialmente IPHONE com carregador, capacidade de memória de 128 GB no mínimo e câmera a partir de 64 MP e 60 FPS	apple	2.650,00000	2.650,00
Total dos Produtos						2.650,00

Empresa: W R DO CARMO INFORMATICA - 113825
CNPJ: 28.184.495/0001-75

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
31	10,00	UN	MEMÓRIAS PARA USO EM COMPUTADORES Desktop, DDR3 4gb 1333 Mhz. Garantia de 12 meses	Easy Memory	33,54000	335,40
32	10,00	UN	MEMÓRIAS PARA USO EM COMPUTADORES Desktop, Memória DDR3 4gb 1600Mhz Garantia de 12 meses.	Easy Memory	33,54000	335,40
33	10,00	UN	MEMÓRIAS PARA USO EM COMPUTADORES Desktop, Memória DDR4 4gb 2133Mhz Garantia de 12 meses.	Easy Memory	63,38000	633,80
34	10,00	UN	MEMÓRIAS PARA USO EM COMPUTADORES Desktop, Memória DDR4 4gb 2666 Mhz Garantia de 12 meses	Easy Memory	63,38000	633,80
35	5,00	UN	MEMÓRIAS PARA USO EM	Easy Memory	89,99000	449,95

			COMPUTADORESDesktop,Memória DDR4 8 gb 2666 Mhz Garantia de 12 meses.			
36	5,00	UN	MEMÓRIAS PARA USO EM COMPUTADORESDesktop,Memória DDR4 16 gb 2666 Mhz. Garantia de 12 meses.	Easy Memory	160,01000	800,05
Total dos Produtos						3.188,40

Empresa: XP COMPANY IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 113818						
CNPJ: 35.571.803/0001-80						
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
4	133,00	UN	NOBREAKDescrição: 700VA entrada 220v e saída 110v, com no mínimo 5 tomadas, com autonomia mínima de 1.3 horas. Garantia mínima de 3 meses.	ZION POWER/ZION POWER	343,43000	45.676,19
Total dos Produtos						45.676,19

2.2. As quantidades, não necessariamente serão adquiridas em sua totalidade. As mesmas são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço.

2.3. As licitantes para as quais for adjudicado o(s) item(ns) e forem convocadas para a assinatura da Ata, obterão apenas a preferência de fornecimento do referido item até o término da vigência da Ata de Registro de Preços.

2.4. O Município de Frederico Westphalen não se responsabilizará por prejuízos financeiros, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso sob alegação da expectativa da contratação por parte do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O termo inicial de vigência da ata de registro de preços será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021

Parágrafo Único: Conforme art. 83, da Lei nº 14.133/2021, a Administração não está obrigada a realizar contratação por intermédio dessa Ata, podendo adotar, para tanto, licitação específica para o pretendido, desde que motivadamente, assegurando-se, todavia, a preferência de contratação aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.3. A contratação com o(s) fornecedor(s) registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

4.1. O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação.

4.2. Os preços poderão ser alterados, na forma de reajuste em sentido estrito, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro consistente na aplicação do índice do IPCA que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, observado o princípio da anualidade.

4.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

4.5. Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, cabendo ao Município convocar os demais fornecedores, visando à igual oportunidade de negociação.

4.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.8. O fornecedor terá seu registro cancelado quando ocorrer quaisquer das hipóteses do Decreto Municipal nº 43/2024.

4.9. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços nas hipóteses e na forma do Decreto Municipal 43/2024.

4.10. Havendo alteração de preços dos materiais tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe a Lei 14.133/2021.

4.10.1. Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente

constante na proposta original, o objeto do registro e o preço da tabela da época.

4.11. O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos fiscais que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, ou componentes (anteriores e próximas à data de apresentação da proposta, e posteriores ao registro) ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados e julgados pelo Município.

4.12. O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

Parágrafo Único: Nas hipóteses, dos **subitens 4.10. e 4.11.**, deverá ser solicitado via correspondência devidamente protocolada no Setor de Protocolo do Município, ou encaminhada via correio, aos cuidados do Setor de Compras do Município, o mesmo será considerado apenas a partir do recebimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. As hipóteses de cancelamento da ata estão dispostas no Decreto Municipal 43/2024.

5.2. No caso de cancelamento da ata, em que o fornecedor não tiver tido ingerência sobre a descontinuidade do produto no mercado, não será penalizado, contudo deverá ser feita a reclassificação da ata.

5.3. Se, no decorrer da contratação, o fornecedor apresentar pedido de cancelamento dos preços registrados, deverá apresentar justificativas pela não continuidade do fornecimento, sem prejuízo de aplicação das sanções dispostas nesta ata.

CLÁUSULA SEXTA- DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

6.1. O prazo de entrega dos itens é de 10 (dez) dias úteis, a contar da emissão da ordem de fornecimento, que poderá ser enviada por e-mail.

6.2. Os itens deverão ser entregues na Secretaria solicitante, localizadas no município de Frederico Westphalen/RS. Horário de recebimento das 08h até as 17h, de segunda-feira a sexta-feira.

6.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste.

6.4. Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

6.5. Além da entrega no local designado pelo contratante, deverá a contratada, também, descarregar os materiais no local indicado, comprometendo-se, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

6.6. A contratada ficará obrigada a substituir materiais recusados pelo contratante, observando que o mero recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo.

6.7. A entrega dos produtos deverá ser feita em horário de expediente, devendo comunicar-se previamente com o fiscal do contrato, para que este acompanhe a entrega.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

7.2. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material/serviço e a entrega na Secretaria Requisitante, atestado de recebimento e aprovação dos produtos pela fiscalização.

7.3. Deverá a contratada, apresentar o número da conta bancária para pagamento.

7.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7.5. Considerando o Art. 2º do Decreto Municipal nº 008/2022 o Município passará a aplicar a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 para fins de retenção de Imposto de Renda em seus pagamentos. Sendo que Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL e MEI não estarão sujeitas à retenção de IR.

7.6. Considerando o Art. 349, I do Código Tributário Municipal, LC 004/2018, o município efetuará a retenção do imposto sobre serviços - ISS, quando da prestação de serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

8.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das descritas no Termo de Referência:

- a)** Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou qualquer irregularidade encontrada nos produtos entregues para que sejam substituídos.
- b)** Supervisionar e fiscalizar a realização dos serviços/materiais.
- c)** Aplicar a Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais.
- d)** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada.

8.2. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das descritas no Termo de Referência:

- a)** A contratada deverá cuidar da segurança de seu pessoal empregado na execução da ata , obedecendo aos requisitos legais pertinentes, ficando a contratante e seus prepostos, isentos de qualquer responsabilidade com relação a eventuais acidentes de trabalho decorrentes da entrega, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- b)** A contratada responderá por danos, dolosa ou culposamente causada à contratante, a seus servidores ou a terceiros, na execução do fornecimento e pela má qualidade do objeto entregue, com exclusão da Contratante de seus efeitos, para todos os fins de efeitos, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- c)** Os serviços/materiais entregues serão avaliados pela qualidade, podendo a contratante recusar o recebimento.

- d) A contratada deverá manter compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, inclusive aquelas relativas às especificações.
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990).
- f) Comunicar por escrito a Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- g) Acatar as determinações dos responsáveis pelo recebimento e conferência dos serviços.
- h) Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas.
- i) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido pelo art. 125 da Lei 14.133/2021 do valor contratado inicialmente.
- j) Realizar os serviços no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- k) Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO:

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, fica designado o Secretário Municipal da Secretaria solicitante, ou servidor designada, para acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial da ata ;
- b) dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do objeto ;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- f) não celebrar a ata ou não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata ;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata ;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- n) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- o) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- p) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ata com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2 do presente.

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.6. A aplicação das sanções previstas no item 10.2. deste não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.7. Na aplicação da sanção prevista no item 10.2, alínea "b", do presente, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

10.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 10.2 do presente exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10.14. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Frederico Westphalen para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se a presente ata, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

Frederico Westphalen, RS, 08 de OUTUBRO de 2024.

JOSÉ ALBERTO PANOSSO

Prefeito Municipal

Baltazar Soares Arruda Felicio

ACTEC ACESSO CONTROLE E TECNOLOGIA LTDA

Jacson Eichstaedt

MICRON INFORMATICA LTDA

Bruna Vargas da Silva

B & G TEIXEIRA COMERCIAL LTDA

Samuel Silva de Holanda

**S DE HOLANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE
INFORMATICA**

Danilo Lessa Bernardineli

**DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA
LTDA**

Vitória Maria Vargas

V M DISTRIBUIDORA DE COMPUTADORES LTDA

Kauany Lumertz Cardoso

K. LUMERTZ CARDOSO

Wilson Roberto do Carmo

W R DO CARMO INFORMATICA

Maria Fernanda Machado Soares

M. F. MACHADO SOARES

Vinicius Guedes Penteado

**XP COMPANY IMPORTACAO E EXPORTACAO
LTDA**

Melissa Vasconcellos Chiattonne Nedel

MELISSA VASCONCELLOS CHIATTONE NEDEL